



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 1
jan-jul.2025
p. 93-102

Sim, queremos destruir a família: direitos LGBTQIAPN+ e manutenção do capitalismo

(Yes, we want to destroy the family: LGBTQIAPN+ rights and the maintenance of capitalism)

(Sí, queremos destruir la familia: derechos LGBTQIAPN+ y mantenimiento del capitalismo)

Gabriela Campos dos Santos¹

RESUMO: O direito à união estável entre pessoas do mesmo sexo já é permitido no Brasil desde 2011, e, em 2023, após longos anos de um intenso avanço da extrema direita no Brasil, a Câmara dos Deputados decidiu aprovar um projeto – ainda em tramitação – que proíbe novamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa situação escancara o cenário de que pessoas LGBTQIAPN+ sendo autorizadas socialmente a usufruir dos ditos benefícios de pessoas cis-hétero nada mais é que uma forma de manutenção da estrutura social, que já é falha *a priori*. A instituição família cis-hétero-monogâmica é uma das ferramentas de manutenção do capitalismo, e angariar mais sujeitos para essa máquina acaba sendo politicamente estratégico, apesar da roupagem politicamente inclusiva. Refletimos, neste artigo, sobre a insuficiência da institucionalização e a necessidade tardia de pensarmos rupturas.

PALAVRAS-CHAVE: família; capitalismo; não monogamia; gênero.

Abstract: The right to stable union between individuals of the same sex has been allowed in Brazil since 2011. However, in 2023, after many years of intense right-wing advancements in the country, the Chamber of Deputies decided to approve a bill – still in progress – that once again prohibits the marriage between individuals of the same sex. This situation exposes the scenario where LGBTQIAPN+ individuals being socially authorized to enjoy the supposed benefits of cis-hetero individuals is nothing more than a way to maintain the inherently flawed social structure. The cis-hetero-monogamous family institution is one of the tools for sustaining capitalism, and attracting more individuals to this machine becomes politically strategic, despite the politically inclusive veneer. In this article, we reflect on the inadequacy of institutionalization and the belated need to contemplate ruptures.

Keywords: family; capitalism; non-monogamy; gender.

Resumen: El derecho a la unión estable entre personas del mismo sexo ha estado permitido en Brasil desde 2011. Sin embargo, en 2023, después de muchos años de un intenso avance de la extrema derecha en Brasil, la Cámara de Diputados decidió aprobar un proyecto de ley – aún en trámite – que prohíbe nuevamente el matrimonio entre personas del mismo sexo. Esta situación pone de manifiesto el escenario en el que las personas LGBTQIAPN+ que son socialmente autorizadas a disfrutar de los supuestos beneficios de las personas cis-hetero no es más que una forma de mantener la estructura social, que ya es inherentemente defectuosa. La institución de la familia cis-hetero-monogámica es una de las herramientas para mantener el capitalismo, y atraer a más individuos a esta máquina resulta políticamente estratégico, a pesar de la apariencia políticamente inclusiva. Reflexionamos en este artículo sobre la insuficiencia de la institucionalización y la necesidad tardía de considerar rupturas.

Palabras clave: familia; capitalismo; no monogamia; género.

¹ Psicóloga pela Universidade Paulista (UNIP) e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: gabrielacamposdossantos@gmail.com.



[...] então cabe a radicalização nossa também de afirmar com todas as letras o que é uma estratégia política crítica anti-sistêmica. 'Ah porque vocês querem destruir a família...' Sim, queremos.

Amanda Palha para o Seminário Internacional Democracia em Colapso? (Família [...], 2019).

A quem cabe analisar a causa do amor? A quem cabe decidir o peso, os valores e as formas euclidianas que o amor toma para si? O amor não seria, em-si e para-si, não euclidiano? Talvez não apenas o amor, mas a experiência humana como um todo é, em-si e para-si, torta, quebrada, estranha. Ora, tendo em vista o fato de a experiência da existência ser individual, tentar padronizá-la ou regulá-la de alguma forma ou maneira é falho. A tentativa de controle sempre é uma tentativa de padronização, de castração do impulso da vida; é exercer violência. É também impor que, se há uma norma, há algo que está fora dela, que, se há lei, há foras da lei, que há dissidentes, hereges, imorais, traidores, e quaisquer outros termos de coisificação do Outro. Cabe aqui, pois, definir o que é o outro: Simone de Beauvoir (2005) realiza um ótimo trabalho ao determinar que o Outro é sempre aquele que está abaixo na hierarquia social, que é coisificado e objetificado. O eu do outro é sempre o outro dele mesmo num mundo onde o eu é impossibilitado de existir (Beauvoir, 2005) por conta de uma estrutura violenta de opressão: o capitalismo. O capitalismo nunca falhou, especialmente em nosso território; ele funciona a todo vapor. Suas contradições são parte das engrenagens que giram essa máquina, junto de seus pilares – a família, o Estado e a propriedade privada –, que sustentam a miséria e o sofrimento da população como um todo (Engels, 2019).

A família nuclear cis-hétero-monogâmica se constrói a partir de bases muito específicas: manutenção da propriedade privada através da garantia da reprodução sexual controlada. Por mais que, hoje em dia, isso não esteja no primeiro plano dos casamentos, a legislação e a sociedade apontam que ainda é parte de seu horizonte (Lima Júnior, 2022). Por mais que pessoas cis e heterossexuais possam se relacionar pelo prazer, não desejem se reproduzir ou não visem à manutenção de seus bens, pessoas sexo-gênero dissidentes², por escancararem que as relações podem se dar pela via do prazer e do amor, sem a obrigatoriedade da reprodução, e também por se juntarem aos seus, muitas vezes como estratégia de manutenção da sobrevivência, são vistas como ameaça, justamente por perturbarem o que se entende por família e o que se entende por sexo.

É muito difícil se desvencilhar de crenças as quais nos são injetadas desde o nascimento através da máquina de propaganda do capitalismo. Crer que a família nuclear é a única opção, que

2 Termo de Geni Núñez, em seu livro *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar* (2023), pois ele engloba mulheres, a população LGBTQIAPN+ e outras identidades e sexualidades que não sejam o homem branco cis e heterossexual, retrato do colonizador.



o ser humano é egoísta “por natureza” ou quaisquer mentiras do tipo não é à toa. Entender que o ser humano evoluiu através da cooperação e da ajuda mútua (Kropotkin, 2021) e que a formação da família é algo recente (Engels, 2019) são passos muito grandes para se dar. Tomar como verdades para si aquilo que se ouviu a vida inteira que são verdades, só para serem quebradas e destruídas depois, pode ser um processo doloroso, um caminho árduo. Afinal, a propaganda capitalista tem um efeito muito parecido com o conceito de “duplipensar”, que surge na obra *1984* (2009), de George Orwell, que se entende por uma prática na qual um sujeito é levado a acreditar em dois conceitos contraditórios simultaneamente. Isso aparece, por exemplo, na crença e no reforço social constante desta – especialmente em espaços conservadores – de que a família sempre será a instituição mais presente na vida de um sujeito no que se refere ao cuidado e ao acolhimento, mas também é comum em nossa sociedade que pessoas LGBTQIAPN³ sejam abandonadas e descartadas por essas mesmas famílias. Mesmo que haja resistência, subjetivamente, a mensagem ambígua está estabelecida.

Ser uma pessoa sexo-gênero dissidente dentro de uma sociedade capitalista neoliberal é ser submetido constantemente ao duplipensar, e, em muitos momentos, como estratégia de sobrevivência. Se é verdade que existem pessoas que fogem à norma, é verdade que existe a norma, e que ela é algo “natural”, quando não é. As normas são conjuntos de regras sociais que têm por função disciplinar os corpos e garantir que eles ajam de acordo com as expectativas sociais (Foucault, 1999). Tudo aquilo que escapa a essa disciplinarização é visto como inadequado e, por consequência, não pertencente.

A crença de que é na construção de família que o amor verdadeiro emana, justamente pela propaganda em suas várias formas de se apresentar, faz com que muitas pessoas sexo-gênero dissidentes, que nem sempre encontram esse amor em suas famílias nucleares consanguíneas, busquem construir tal realidade quando têm possibilidade.

A construção dessa família nuclear consanguínea como a salvação para a inadequação social imposta pode ser pensada como uma resposta às formações estruturais que determinam os processos de socialização do indivíduo e da sociedade, dentro de um país colonizado pelo cristianismo. Crescemos com a noção de que a família nuclear – no berço, na televisão, na escola, nos nossos convívios e nos nossos amores – é a base e a meta de afeto verdadeiro. Acreditamos que somos obrigadas a amar e a obedecer àqueles cuja hierarquia social está acima de nós – “*respeite os mais velhos!*” –, e que não é necessário provar que esse é o melhor sistema que existe: basta

3 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais.



acreditar que é o único possível.

Considerando a necessidade particular de sobrevivência de pessoas LGBTQIAPN+ que são expulsas de seus núcleos familiares, e mesmo que não o sejam, que se entendem mal vindas em muitos dos espaços sociais, entendemos que a necessidade de manutenção da existência através do trabalho e quaisquer possibilidades de alívio desse não pertencimento se tornem o caminho central em suas vidas. Gorz (1980) argumenta que o trabalho é alienante e desumanizador, submetendo o sujeito às necessidades da sociedade capitalista e o limitando de realizar atividades que sejam verdadeiramente significativas, aquelas que poderiam lhe proporcionar desenvolver sua criatividade e vivenciar o prazer para além da sobrevivência. Sendo limitados de nosso tempo de lazer e ócio, também somos privados de pensar temporalidade, território e afetos, e, além de acreditarmos que a instituição família sempre esteve lá e que suas hierarquias são “naturais”, também tendemos a acreditar que é na reconstituição dessa via que nosso conforto e nosso pertencimento virão.

Assim, com ajuda de rotinas destrutivas do mundo do trabalho assalariado ou lúmpen⁴, limitamos, também, a criatividade a sequer contemplar novas possibilidades de mundo, e, casoousemos pensar sobre, seremos punidos, seja por culpa, seja por exclusão desses espaços de suposto pertencimento. Esse mecanismo é a matéria-prima para a criação de um corpo dócil e útil (Foucault, 1999), que constrói a força produtiva do capitalismo.

Sujeitos subjetivados no capitalismo tendem a reproduzir as expectativas e as mazelas dessa sociedade em seus espaços mais íntimos. Isso não se dá por concordarem ou crerem que a cis-hétero-norma monogâmica imposta é realmente melhor, mas sim pela condição de ter sua percepção de mundo e eu construída dentro dessa expectativa – e abrir mão de tal expectativa é, também, abrir mão de um suposto pertencimento, um suposto lugar.

As temáticas do amor e do casamento vêm sendo extensamente pesquisadas, posto que constituem lugar histórico e social bastante presente nas sociedades ocidentais. Algumas dessas pesquisas contribuem para uma reflexão crítica acerca dos possíveis significados atribuídos ao longo dos anos ao ato de casar-se e de constituir família.

Emma Goldman (1931), já no início do século XX, alertava sobre a instituição do casamento, sobre as opressões do ser mulher dentro dessa estrutura violenta, na qual o amor é incapaz de florescer. O casamento e, conseqüentemente, a família, especialmente para as pessoas entendidas como mulheres, furtam a habilidade de explorar a própria vida, contemplar os mistérios da existência e viver realidades outras que não as socialmente determinadas.

4 Termo de origem alemã que designa pessoa ociosa ou que não quer trabalhar, geralmente empregado de forma depreciativa.



Regina Navarro Lins, em seu *O livro do amor* (2012a, 2012b), também explora a construção de casamento no decorrer da história ocidental. Nessa história do colonizador, fica claro que o casamento surge como forma de manter os bens e as propriedades de um sujeito, sendo, inclusive, a mulher uma propriedade que tinha preço e compunha essa transação econômica. É no período do Romantismo, entre os séculos XVIII e XIX, que o amor passa a ser visto como algo possível dentro dos relacionamentos – ainda muito idealizado e envolto de pecados e de impossibilidades, mas, mesmo assim, semente constituinte do que vemos ainda hoje em relações monogâmicas.

Geni Núñez (2023) também explora a temática da monogamia e da família a partir do olhar dos jesuítas sobre os povos originários no processo de colonização brasileira. Os colonizadores demonstravam muito incômodo com a não monogamia dos nativos, mais do que com as violências da própria colonização. Acreditavam que havia um desvio moral naquele povo que necessitava ser corrigido através da visão que eles tinham de família. A coisificação do indígena começa junto à cruz, mas também com o patriarcado pondo não apenas o indígena como o Outro, mas a mulher indígena como o outro do Outro; não apenas como coisa, mas *commodity*⁵, algo a se aproveitar e se usar como recurso até sua escassez. Não à toa a escravidão moderna, a colonização e o capitalismo têm um mesmo “pai-mãe lovecraftiano”⁶ chamado patriarcado, e surgem juntos através da exploração.

Sendo a monogamia uma das ferramentas do capitalismo e da cis-hétero-norma para a manutenção dessa estrutura social, a não monogamia surge como uma estratégia de negação de toda essa lógica imposta, e é importante pontuar que a resistência à monogamia entre os povos colonizados nunca deixou de existir (Núñez, 2023). A não monogamia, como negação estrutural, não se trata apenas de múltiplas parcerias românticas e/ou sexuais, mas sim uma proposição contrária à premissa monogâmica do investimento afetivo e existencial em apenas um tipo relacional, propondo coletivizar as redes de cuidado e afeto ao invés de centralizá-las no sujeito do amor romântico e/ou na família. Quando os setores conservadores de nossa sociedade dizem que as pessoas sexo-gênero dissidentes querem destruir a família, eles estão corretos (Família [...], 2019), pois mesmo as pessoas sexo-gênero dissidentes que buscam seguir a cartilha da cis-hétero-norma monogâmica, ao menor desvio do padrão, serão jogadas à margem da sociedade. Ainda úteis para a manutenção da máquina capitalista, mas é válido ressaltar que utilidade não é pertencimento, uma vez que o colonizador pode nos convencer que suas ideias são nossas, mas

5 Palavra estrangeira de língua inglesa, amplamente utilizada na língua portuguesa, que se tornou sinônimo de mercadorias de produtos básicos de matéria-prima, elaborados em larga escala, como produtos agrícolas, óleos e minerais.

6 O termo “lovecraftiano” refere-se ao tipo de terror da obra de H. P. Lovecraft, que se baseia no horror causado pelo estranho, desconhecido, incompreensível.



será o primeiro a apontar que não pertencemos quando algo estiver fora de seus padrões.

A monogamia enquanto manutenção da cis-hétero-norma é a base da chamada “família tradicional”, e a manutenção desses conceitos se dá através da violência, que não reconhece pessoas sexo-gênero dissidentes como merecedoras de acesso a tais vivências.

Em outubro de 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união entre casais do mesmo sexo como família (Lima Júnior; Haje, 2023). Percebemos, assim, que, mesmo com direitos garantidos por lei, uma maioria no poder, que se coloca contra direitos conquistados de uma minoria, tem o poder de vetar a suposta liberdade desses sujeitos.

A argumentação dos deputados favoráveis à proibição gira em torno de argumentações religiosas, baseadas em premissas bíblicas, e também na defesa de que o casamento é para procriação – o que, de fato, define casamento em suas bases. Já os deputados contrários à proibição argumentam que, além dessa proposta ser inconstitucional, milhares de pessoas sexo-gênero dissidentes em território brasileiro constituem família, e, graças a essa legislação, usufruem de benefícios e direitos com suas parcerias. Quanto à procriação, caso não a possam realizar biologicamente, têm a possibilidade, ainda, de adoção (Lima Júnior; Haje, 2023).

O que é interessante observar nessas argumentações é uma insistência em demonstrar aos conservadores o quanto pessoas sexo-gênero dissidentes são capazes de se adequar, e que conseguem levar a vida nos moldes determinados por eles. Que mesmo que eles não queiram, essas pessoas existem e fazem parte da mesma sociedade, e, de fato, estão nela compondo esse tecido. No entanto, tal pertencimento é conveniente enquanto não perturbam a ordem preestabelecida, enquanto passam quase despercebidas, disfarçadas entre eles. Ainda assim, sempre serão o Outro, e esse tipo de movimentação legislativa de agora, assim como as discussões sobre ideologia de gênero exaustivamente debatidas na constituição dos Planos de Educação (Santos, 2018), indicam-nos que a dinâmica política corresponde ao papel para o qual foi estruturada e está fazendo exatamente o movimento para o qual foi designada a fazer.

Amanda Palha (Família [...], 2019) argumenta que

Quando a gente fala [...] da instituição família no capitalismo, a gente tá falando de uma instituição que é, que aparece, e ganha tal forma, no contínuo das transformações que fazem o próprio capitalismo existir. As transformações correspondentes à gênese do capitalismo nas sociedades europeias implicaram também na reconfiguração das relações de parentesco em uma nova organização reprodutiva. Essa nova organização reprodutiva é centrada e nuclealizada em uma associação mínima necessária à reprodução biológica [...], baseada na diferenciação genital, e que mantendo o caráter hierárquico dos sistemas de parentesco anteriores, requalificado agora pela forma individual de concentração de riqueza que caracteriza essa transformação, constitui uma constituição família nos seguintes termos: ela é uma associação entre um homem com pau na figura de provedor e



em relação portanto de dominação com uma mulher capaz de reproduzir a quem se relega o universo doméstico e do trabalho reprodutivo. Essa configuração não é fortuita, isso tem um sentido duplo, tem o sentido de manutenção da propriedade privada para a burguesia. Essa associação mínima no formato monogâmico, inclusive, numa forma de garantir a perpetuação hereditária [...]. Esse é o sentido social que a monogamia tem, sempre teve, tanto que não a toa [...] a monogamia é a monogamia da mulher, não existe monogamia para o homem.

A manutenção da instituição família é a real intenção de uma legislação sob o matrimônio que englobe pessoas sexo-gênero dissidentes. Muitas vezes, pessoas desse grupo são violentadas e excluídas justamente a partir de suas famílias, e talvez como uma tentativa de pertencimento e busca pela reapropriação de sua subjetividade, busquem novamente retornar a esse lugar, a partir de uma suposta escolha. Suposta pois é difícil falarmos em escolha quando sua condição de sujeito no mundo te limita e te impossibilita de acessar espaços e direitos, e as vias de acesso sempre são limitadas e predeterminadas.

A sociedade capitalista é baseada em obtenção de lucro e manutenção de bens e poder nas mãos daqueles que já os têm. Não há real interesse em acolher e agregar pessoas dissidentes. Quando o Estado autoriza a união entre pessoas de mesmo sexo, há um interesse explícito: a instituição família é uma maneira bastante eficaz de garantir que o modelo social se reproduza e se mantenha dessa forma, especialmente em momentos de crise, como forma de garantir a função de acumulação primitiva para a retomada de ganhos capitalistas (Família [...], 2019). O trabalho de produção e cuidado da futura força de trabalho é um trabalho reprodutivo, logo, não pago, e se esse trabalho é mantido no âmbito doméstico, não importando quem o esteja realizando, o Estado e as indústrias são isentos de precisar garantir cuidados a esses sujeitos, pois a família, a entidade máxima dentro das expectativas relacionais, fará o que ninguém mais faria – ou, pelo menos, é assim que somos levados a acreditar.

Se constituir família é um modo de ser visto socialmente, negar-se a isso envolve limitar ainda mais nossos espaços de visibilidade e pertencimento, tornando-nos invisíveis diante de algumas realidades. Para mais, ser invisível socialmente, dependendo de onde partimos e de onde queremos chegar, é, também, uma forma de ser morto, mesmo que simbolicamente. Buscar realidades em que nossa não adequação não seja sinônimo de invisibilidade também não é tarefa simples, posto que estamos subjetivados na lógica monogâmica e patriarcal de individualidade e família nuclear. Constituir pertencimento e afeto através da coletividade pode ser revolucionário, mas também desafiador, correndo o risco de sermos novamente endereçados aos guetos e à exclusão. Para evitar que isso aconteça, um sujeito pode se dispor a outras violências para se manter vinculado ao tecido social. Para quem é sexo-gênero dissidente, conviver com a violência



é um hábito. Passa-se a criar, então, um gradiente de dores, no qual o que é menos ruim pode soar excelente, dependendo do ponto de partida.

Podemos perceber esse processo em dinâmicas relacionais que muitas pessoas sexo-gênero dissidentes estabelecem entre si, que, muitas vezes, culminam não em um senso de partilha – o que tornaria um pouco mais possível o desenvolver de uma comunidade pautada em outros valores –, mas sim em um senso de escassez e posse. As relações passam a ser construídas em termos de propriedade privada, repletas de proibições, imposições, dependência e isolamento. A agressão mútua e a violência doméstica não são casos isolados. A construção do afeto, a partir da escassez e da desconfiança, como dinâmica relacional não se diverge em nada da dinâmica capitalista no que concerne ao – não – cuidado com as pessoas de sua sociedade – que, por sua vez, também se reproduz largamente nas relações pautadas na cis-hétero-norma monogâmica.

A busca por aceitação é desejo recorrente entre as pessoas sexo-gênero dissidentes. Entendemos desde muito cedo que tudo que foge à norma é desviante, pecaminoso e errado. Quando pessoas sexo-gênero dissidentes eram jogadas em manicômios apenas por existir, diziam que eram doentes, que necessitavam ser trancadas e jogadas para fora da sociedade, pois aquilo não era “natural”. A ideia de naturalidade sempre rondou qualquer argumentação contrária à existência de pessoas sexo-gênero dissidentes, mas o que é natural para o ser humano? De que humano falamos quando falamos em naturalidade? A mudança e a efemeridade perante aquilo que nós mesmos impomos como parâmetros e como moralidade, as leis de um tempo, as formas de se relacionar tanto consigo quanto socialmente são possibilidades dentre as inúmeras de ser humano. São possibilidades datadas, territorializadas, não universais. Não há como inferirmos um ser humano universal, e, talvez, por isso o conceito de “natural” nos escape. Dependendo de quem somos e de onde falamos, tudo e nada podem ser naturais.

Quando, em 1969, as pessoas sexo-gênero dissidentes do Stonewall Inn (Souto, 2023) se rebelaram contra a polícia enquanto dançavam e zombavam da autoridade, elas exerciam um movimento histórico que refletia a materialidade de tudo o que o capitalismo suprimiu em todo o seu tempo de existência. Toda expressão não normativa, tudo o que é o ser enquanto ser, e não produto e subproduto da socialização do capitalismo, enquanto desviante, de fato, fez-se como insurreição.

Se adequados, não pertencem. Se não se adequam, continuam não pertencendo. Talvez seja justamente essa compreensão ambígua, duplipensada, o caminho para a criação de um processo de mudança efetivo no que tange à validação social de pessoas sexo-gênero dissidentes.

Quando entendemos que toda a estrutura que guia nossas verdades sociais ainda parte da



mesma lógica que instaurou nossa exploração, compreendemos que não será através dessa mesma ferramenta que encontraremos socorro e a tão sonhada liberdade. O resgate de nossa autonomia, nossa autenticidade – resgatando o conceito heideggeriano de “*Eigentlichkeit*”⁷ –, enquanto sujeitos sexo-gênero dissidentes, precisa partir da compreensão de nossa história ancestral e comunitária, da qual fomos roubadas no processo de colonização – que, vale ressaltar, nunca se encerrou. Não nos cabe abdicar da conexão com a realidade e ignorar em silêncio o constante desmonte de nossos direitos, de nosso território e de nossas possibilidades de existência, mas também não nos cabe mais a ingenuidade de acreditar que é apenas na escolha de representantes políticos e na delegação de nossas responsabilidades a eles que a realidade se transformará magicamente. Assim como não há mão invisível do mercado, também não há mão invisível da democracia.

Pautar nossos desejos e ações políticas apenas em legislações é continuar mantendo a lógica capitalista colonial que nos foi imposta. No âmbito público, se olharmos com atenção, o agronegócio, a destruição de territórios indígenas, o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, o machismo, o capacitismo, o especismo e todas as violências já denominadas e aquelas ainda por descobrir são todas facetas de uma mesma estrutura: a manutenção do capitalismo através da estratégia colonial. No âmbito privado, essas mesmas violências são mantidas pela modulação dos afetos através do controle dos corpos, da desconfiança, do distanciamento, do desamor.

Essas estratégias silenciosas públicas e privadas tendem a afastar os sujeitos dos processos de construção e compreensão do que se alimentam, do que vestem, do que consomem, do que fazem, de quem são, alienando-os. Quanto mais distanciado um sujeito estiver dos processos que o cercam, mais dócil e útil é seu corpo. Quanto mais consciente estiver, mais ameaçador se torna para o sistema. Se a utilidade é sobre objetificação e descarte, que tornar-se ameaça nos seja o ingresso de saída dessa realidade que nunca nos considerou.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *Pirro e Cineias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAMÍLIA, religião e política: Amanda Palha, Flávia Biroli e Henrique Vieira. [S. l.]: TV Boitempo, 2019. 1 vídeo (110 min). Publicado pelo canal TV Boitempo. Debate apresentado no Seminário Internacional

7 De forma profundamente resumida, conceito em que Martin Heidegger (2006) define um modo de ser no qual o sujeito vive de acordo com sua própria verdade, reconhece e aceita sua finitude, responsabiliza-se por sua existência, projeta-se em suas possibilidades e se relaciona com a temporalidade à qual pertence.



“Democracia em colapso?”, com participação de Amanda Palha, Flávia Biroli e Henrique Vieira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A_HFxALrTS8&t=1686s&ab_channel=TVBoitempo. Acesso em: 15 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLDMAN, Emma. *Living my life*. New York: Alfred A Knopf Inc., 1931.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2006.

KROPOTKIN, Piotr. *Apoio mútuo: um fator de evolução*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2021.

LIMA JÚNIOR, Janary; HAJE, Lara. Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, DF, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

LIMA JÚNIOR, Newton S. *Até que a morte os separe*. *NM em Foco*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/ate-que-a-morte-os-separe>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LINS, Regina Navarro. *O livro do amor: vol. 1: da pré-história à renascença*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012a.

LINS, Regina Navarro. *O livro do amor: vol. 2: do iluminismo à atualidade*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012b.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Paidós, 2023.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Gabriela Campos dos. *Por que não falar de gênero? A polêmica da ideologia de gênero e os planos municipais e nacional de educação*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

SOUTO, Astral. *Revolta de Stonewall: a Rebelião de Stonewall é um símbolo da luta LGBTQIA+ em todo o mundo*. *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, São Paulo, 2023. Hoje na História. Disponível em: <https://www.flch.usp.br/67216>. Acesso em: 29 dez. 2023.

